

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência - MASTROIANNI, Fábio de Carvalho; STURION, Fernanda Roberta; BATISTA, Flávia dos Santos; AMARO, Karen Cristina; RUIM, Talita Bombarda. (Des)acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v.30, n.2, p. 223-233, 2018.

2) Resumo e Palavras-Chave – A história tem revelado a necessidade de proteger crianças e adolescentes em situação de risco, tornando-se imperativo atentar-se às condições de desenvolvimento da infância. Buscou-se analisar as informações processuais relacionadas ao acolhimento institucional destes sujeitos, identificando quais aspectos relacionados à dinâmica familiar podem contribuir para o acolhimento e/ou o desacolhimento. Utilizou-se o método de pesquisa documental e análise de conteúdo; observou-se que o uso de álcool e/ou drogas pelos responsáveis é um dos principais fatores associados ao acolhimento (90,2%), podendo estar associado a outros motivos, tais como negligência dos pais no exercício da função parental (68,3%) e dos cuidados básicos (36,6%). Contudo, a frequência de contato e a regularidade da família com as crianças e adolescentes durante o período de acolhimento pode favorecer a reintegração. Conclui-se que investir em políticas públicas que fortaleçam os vínculos familiares e o protagonismo social se mostra fundamental para garantir o direito à convivência familiar.

Palavras-chave: acolhimento institucional; infância; adolescência; pesquisa documental; análise de conteúdo.

3) Objetivo do estudo - O estudo buscou analisar as informações contidas nos cadastros de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, identificando quais aspectos relacionados à dinâmica familiar, sob a ótica do poder judiciário, contribuíram para a aplicação da medida protetiva de acolhimento e/ou o desacolhimento institucional.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – Outubro de 2012 a setembro de 2013.

6) Forma de coleta de dados – O material utilizado para a análise foram as informações processuais contidas nos cadastros de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional de uma Vara de Infância e da Juventude de uma comarca localizada no interior do estado de São Paulo. Foram analisados e posteriormente tabulados somente os dados oriundos do cadastro de informações deste juízo.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Utilizou-se o método de pesquisa documental e análise de conteúdo. Para análise destes documentos, o material de estudo foi submetido à técnica de análise de conteúdo, definida como uma técnica de tratamento de dados de pesquisa voltada para uma descrição objetiva e sistemática do conteúdo das mensagens (BARDIN, 1977). Esta técnica permite compreender as mensagens dos documentos, classificando-as em categorias que permitam compreender o significado das comunicações. Embora a técnica tenha suas origens na pesquisa quantitativa, busca a interpretação de materiais de caráter qualitativo (GOMES, 2012; MINAYO, 1998).

8) Resultados / dados produzidos – A alta incidência do uso de álcool e/ou drogas pelos responsáveis como um dos motivos que demanda a aplicação de medidas protetivas coaduna com outros levantamentos, sugerindo que tais práticas não só colaboram para o acolhimento institucional como também dificultam a reintegração familiar.

Contudo, nenhum motivo pode ser isoladamente considerado como a causa principal do acolhimento institucional, haja vista que os registros indicaram mais de um motivo como justificativa para a medida. Fatores tais como o uso de álcool e/ou drogas, a negligência dos responsáveis em relação aos filhos, a si próprios e aos cuidados do lar, bem como a proximidade dessas famílias com a violência e a criminalidade sugerem estar interligados.

Nesse sentido, é importante que estes aspectos sejam interpretados como indicadores da vulnerabilidade em que essas famílias se encontram, bem como da necessidade de investimento em políticas públicas e programas sociais. Utilizar esses fatores para identificar e rotular essas famílias apenas contribui para intensificar o processo de exclusão e justificar intervenções que desrespeitam as legislações atuais que, sob o novo paradigma, visam à garantia de direitos fundamentais a crianças e adolescentes, entre eles: a convivência familiar.

No que se refere ao período de acolhimento, os achados indicam que a regularidade e o interesse da família se constituem em um dos principais aspectos que favoreceram a reintegração familiar. Compreende-se que durante a aplicação da medida o contato dos pais, responsáveis e demais familiares com as equipes técnicas das instituições de acolhimento e outros equipamentos e serviços que compõem a rede de apoio e proteção à infância se mostram fundamentais, podendo os profissionais intervir e oferecer orientações para que as famílias possam reassumir as suas funções. No entanto, quando a aproximação das equipes técnicas com as famílias não se torna possível ou as intervenções não são efetivas, dada a precariedade e disfuncionalidade em que muitas dessas famílias se encontram, somente a adoção pode garantir o direito à convivência familiar. Nessas situações tais garantias se mostram reservadas, haja vista o contraste entre o perfil dessas crianças e adolescentes e àquele almejado pelas pessoas interessadas na adoção, principalmente no que se refere à idade e o número de irmãos. Neste contexto, a probabilidade desses indivíduos em permanecerem acolhidos se mostra cada vez maior, o que indica a necessidade de se investir na prevenção e promoção dessas famílias. Por fim, a comparação dos dados entre crianças e adolescentes que se encontram acolhidos com aqueles que foram desacolhidos evidencia um aspecto importante: ainda que as dificuldades encontradas nessas famílias muitas vezes justifiquem a aplicação da medida pelo poder judiciário, é também por meio dessas famílias ou da família extensa, que o poder judiciário consegue, na maioria dos casos, garantir o direito à convivência familiar.

Daí a importância do trabalho conjunto entre os profissionais das equipes técnicas e os demais profissionais que compõem a rede de apoio e proteção.

9) Recomendações – Os resultados demonstram a importância de se compreender os fatores que acarretam o acolhimento institucional não como forma de identificar ou rotular essas famílias, mas sim para evidenciar a importância de se investir em estratégias que garantam a sua proteção e conseqüentemente a convivência familiar. Além disso, mostra necessário interligar os serviços e equipamentos que compõem a rede de proteção, fortalecendo a comunicação entre as unidades. Tal estratégia poderia evitar o acolhimento de crianças e adolescentes e, nos casos em que a aplicação da medida for necessária, garantir uma cobertura mais ampla.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.